



Sessão temática: Política Social e Serviço Social.
Mesa coordenada Território e proteção social básica nas cidades.

PRESENÇA NO PRÓPRIO BAIRRO DE RECURSOS DE PROTEÇÃO E RECONHECIMENTO SOCIAL

ALDAIZA SPOSATI¹
SILVINA CARRO²
DEOCLECIANA FERREIRA³

Resumo: O artigo é fundado em descobertas de pesquisas desenvolvidas no período de 2012-2018, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social. Analisa três experiências de habitação social na cidade de São Paulo, indagando das garantias, certezas, segurança e proteção social que ofertam a seus moradores. Mostra que em regiões diversas da periferia da cidade, formaram-se agregados de moradores sujeitos a luta incessante pela terra, pelo seu assentamento e a para poderem contar com espaços de vida cotidiana urbanizada e civilizada.

Palavras Chaves: Moradia Urbanizada; Bairros Populares; Segurança Social; Proteção Social; Segurança do Morar.

Abstract: The article based in research developed in 2012-2018 period, in the Sao Paulo Pontifical Catholic University), into the Nucleus of Studies and Research in Security and Social Assistance. It analyzes three experiences of social housing in the city of São Paulo, investigating the guarantees, certainties, safety and social protection that they offer their residents. It shows that in diverse regions of the outskirts of the city, clusters of residents were formed subjected to incessant struggle for land, for their settlement and to be able to count on spaces of daily urbanized and civilized life.

Keywords: Housing Urbanized; Popular Neighborhoods; Social Security; Social Protection; Housing Security.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1995 tem ocorrido a dedicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social (NEPSAS) em analisar as condições dos territórios de vivência da população da cidade de São Paulo como reveladora de sua condição quer de inclusão social, quer de proteção social. Parte-se do entendimento de que proteção social implica muito mais do que aquisições pessoais. Esse entendimento parcial se traduz pela leitura individualizante da proteção social, incompatível com seu sentido solidário e civilizatório. Proteção

¹ Professora com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

² Profissional de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³ Profissional de Serviço Social. Instituto Daniel Comboni.

social é necessariamente relacional. Obtê-la implica em poder ter acesso a um conjunto de condições de respeito à dignidade humana desde o lugar onde se vive.

Com esse propósito os estudos do NEPSAS tomaram **dois** caminhos. O **primeiro** deles desenvolvido entre 1995 até 2017 vem se ocupando de estudos comparativos dos territórios de cidades e, em específico, da cidade de São Paulo, produzindo métricas analíticas da presença de fortes desigualdades nos padrões de constituição das condições existentes nesses territórios para a população que neles vivem. O desenvolvimento destes estudos iniciados no NEPSAS, tiveram seu alcance científico ampliado a partir de relações interdisciplinares com outros centros de estudo e pesquisa. Essa relação acadêmica-institucional concorreu para instalação do Centro de Estudos das Desigualdades Sócio-Territoriais (CEDEST). Um centro virtual que articula pesquisadores do INPE da PUCSP entre outros pesquisadores cuja atuação se firma em parcerias que variaram ao longo do seu tempo de funcionamento. O CEDEST tem veiculado como sua principal métrica analítica o Mapa da Exclusão-Inclusão Social (MEIS) que se constrói em São Paulo em períodos decenais ou a cada resultado censitário⁴.

É preciso sublinhar que esses estudos são direcionados para a identificação das expressões quantitativas das desigualdades sociais a partir do lugar onde mora, isto é, na demonstração de que o processo urbano reproduz a precarização quanto efetiva suas intervenções e implanta serviços e equipamentos sociais.

O **segundo** caminho de estudos vem se dedicando a análise da relação entre as condições de vida de moradores em bairros populares buscando analisar as condições efetivas de vida com que contam, para se sentirem protegidos. Neste caso, os estudos se ocuparam em analisar a trajetória histórica e a conformação atual de bairros cuja instalação resulta da ação de movimentos populares para urbanização, acessibilidade e oferta de condições de vida que lhes tire da

⁴ A respeito podem ser consultados os livros: SPOSATI, Aldaiza. Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo. São Paulo/SP: EDUC, 1996. 126p. KOGA, Dirce. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo. Cortez.2011.1ed.299p SPOSATI, Aldaiza; KOGA, D. H. U. São Paulo sentidos territoriais e políticas sociais. 1. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2013. v. 1. 380p. SPOSATI, Aldaiza. Cidade em Pedacos. 1ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. 173p SPOSATI, ALDAÍZA (Org.); MONTEIRO, Miguel (Org.); et Alli. Desigualdades nos territórios da cidade: métricas sociais intraurbanas em São Paulo. São Paulo: EDUC-Editora da PUCSP, 2017. v. 1. 128p.

incerteza em construir suas condições cotidianas de reprodução social com proteção social.

Neste artigo é resgatado o estudo de campo de três territórios de assentamento popular que foram analisados em sua trajetória de constituição e luta pela terra que foram examinados no contexto de duas investigações procedentes de ambiente acadêmico, uma em condição de pós-doutorado e outra, de doutorado contempladas com bolsas CAPES. Embora territórios com formação que alcança os anos de ditadura 70/80, agora no século XXI são reconhecidos como bairros populares, ainda que o estatuto de proprietário não lhes seja assegurado pelas autoridades públicas. Importante registrar que, dois desses territórios, foram delimitados pela forte incidência local de famílias inseridas no Programa Bolsa Família

A condição de bairro de assentamento de trabalhadores de mais baixo ingresso, que lutam para ter condições de morar, habitar superando a pressão do Estado e de proprietários privados pela desocupação de terras, são também reconhecidos como locais de habitação social. Isto é, um território onde ocorre um grau de consentimento de uma autoridade pública estatal, para que um coletivo de famílias assente a construção de sua moradia, em uma área cedida ou ocupada, e se transforme em agente de urbanização e valorização dessa terra. Esse consentimento do Estado resulta de lutas populares, muitas delas envolvendo violência e mortes, e podem se desenvolver durante décadas. Essa dinâmica implica em modos de organização popular de resistência.⁵

Possivelmente por decorrência do modo não planejado de urbanização de São Paulo, a remoção de famílias moradoras em barracos, ao longo de áreas ribeirinhas, de fundo de vale, se constituíram em obstáculo à realização de obras públicas, o que desencadeou a reponsabilidade da gestão municipal em prover

⁵ Em 1988 o direito à habitação foi incorporado à Constituição e a partir de 2000 dispositivos legais e institucionais fazem a habitação social alcançar um novo patamar. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Federal de 1988, em defesa do direito à habitação; o Estatuto da Cidade promulgado em 2001 que regulamenta a função social da propriedade; em 2003, instala-se o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades; em 2004 é aprovado o projeto de lei de iniciativa popular que cria o Fundo e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (2004); em 2008, consolida-se um novo Plano Nacional de Habitação. Este propôs uma nova estratégia para equacionar a questão habitacional com a elevação dos recursos governamentais destinados particularmente à urbanização dos assentamentos precários e à produção de unidades novas com subsídios.

sua habitação social, embora com precariedade como mostram os fatos.⁶ Na gestão do prefeito Prestes Maia, entre 1942 e 1945, a abertura da Av. Nove de Julho, entre outras, exigiu a remoção de barracos, deixou muitas pessoas sem abrigo o que foi fator desencadeante da provisão de habitação pelo poder público municipal.⁷

Uma consequência dessa política foi a periferização da habitação dos trabalhadores em busca do acesso a loteamentos populares (legais e clandestinos ou ilegais) e, por consequência, a instalação de suas habitações em áreas precarizadas, ausentes de infraestrutura pública, com dificuldades de mobilidade urbana, ausentes de serviços sociais públicos e de comércio. Esse movimento de localização de novos lotes se deu em direção às zonas Leste e Sul como áreas de expansão da mancha urbana.

A preocupação com a proteção social na cidade de São Paulo desencadeou vários estudos para que se pudesse avaliar a influência da habitabilidade do lugar onde se vive com o reconhecimento da dignidade humana, da cidadania, e do padrão de proteção social em que os que ali moram usufruem.

Na cidade de São Paulo, são ainda poucos os estudos que reconstituem a memória desses bairros populares da sua periferia ressaltando o que pensam seus moradores sobre as condições alcançadas no próprio bairro. Outro fato instigante é que esses bairros foram construídos em momento histórico de lutas coletivas impregnados dos princípios de ação dos movimentos sociais. As novas

⁶ Trabalho de Conclusão de Curso de Marta Godinho (que vai se tornar referência na habitação popular em São Paulo) apresentado em 1955 na PUCSP afirma em seu trabalho de conclusão de curso de Serviço Social E.S.S., que foram construídos, pela Prefeitura, barracões na baixada do Glicério para acolher famílias formando-se a primeira favela da cidade, de nome Prestes Maia, que se espalhou ao longo da Avenida do Estado, beirando o Rio Tamanduateí. Posteriormente, Refere-se aqui ao Trabalho de Conclusão de Curso de Marta Godinho (que vai se tornar referência na habitação popular em São Paulo) apresentado em 1955 na PUCSP.IN:SPOSATI-1988, p.255.

⁷ Sob precariedade foram construídos barracões, e as famílias para lá removidas deveriam pagar à época 50 cruzeiros mensais para conservação. Começavam as favelas oficiais de São Paulo como a Favela do Piquiri, para onde foram as famílias removidas da Favela da Lapa, para construção do Mercado da Lapa, ao Piqueri se juntaram os removidos do Glicério. Em 1948, formaram-se mais outras três favelas Canindé, Barra Funda, e Ibicaba, que em 1953 registravam 1.098 moradores.⁷ (SPOSATI,1988, p.255). A própria prefeitura fornecia caminhões para mudança e ofertava tábuas para novos barracos. Assim, a população foi sendo transferida de um canto a outro, sempre em condições precárias e empurrada por obras públicas. Da remoção para a urbanização de favelas foi construído um caminho de lutas populares e de militantes e intelectuais que propugnavam por programas de habitação social. É de se lembrar que as legislações federais favoreciam o financiamento de casa própria com o estímulo da compra de lotes populares, e a construção pelos trabalhadores aos finais de semana pelos trabalhadores, podendo assim fugir do custo do aluguel e da precariedade do barraco.

gerações que não viveram esse processo não revelam o mesmo vínculo com o território construído pelos seus pais.

Este artigo trabalha com a trajetória de três bairros populares: Conjunto Promorar Rio Claro (Zona Leste); Mutirão Morro do Índio (Zona Sul); Urbanização Fazenda da Juta (Zona Leste).⁸ ⁹. Cada estudo foi realizado por equipes distintas e em momentos distintos.

2 CONJUNTO PROMORAR RIO CLARO

O Conjunto Promorar Rio Claro fez parte do programa habitacional Promorar – Programa de Erradicação de Sub Habitação, desenvolvido pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB) e pela Empresa Municipal de Urbanização (EMURB),¹⁰ com a utilização de recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Foi implantado na gestão do prefeito Reynaldo de Barros, no início da década 1980. Na época, a Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (FABES) selecionava as favelas que iriam beneficiar-se prioritariamente do programa, realizava as pesquisas socioeconômicas que definiam o perfil dos beneficiados, e gera a relocação das famílias e sua integração ao novo espaço.

Originalmente, foram construídas no Promorar Rio Claro um total de 930 unidades habitacionais em uma área de 263.061,06 m², com tipologia denominada embrião E7. Essa tipologia referia-se a lotes de 75 m² (5m x 15m),

⁸ A metodologia de campo aplicada seguiu um roteiro genérico composto por quatro itens:-- recolha da história social da constituição do assentamento: a composição arquitetural urbana que cercou os assentamentos (planejamento e situação atual); -- A trajetória residencial dos habitantes.-- A centralidade da solução habitacional e a relação subjetiva com a moradia: as relações entre vizinhos e parentes e o apoio mútuo, no território e fora dele.-- Serviços públicos ou prestadores de serviços no território.

⁹ Num primeiro momento no Promorar Rio Claro e no Mutirão Morro do Índio foram realizadas visitas por equipe interdisciplinar (arquitetos, sociólogos, geógrafos, assistentes sociais) que produziram relatório contendo informações gerais sobre a ocupação do local o modelo construtivo e os recursos do território. A seguir foi montada estratégia para entrada nos locais de pesquisa para realizar entrevistas com moradores lideranças e conhecer os serviços por eles utilizados. No caso da Fazenda da Juta a preocupação central foi a de resgatar o processo de constituição do bairro, seu modo de ocupação, seus movimentos internos e externos. A diversidade de estratégias de abordagem tem relação com a constituição de cada um dos bairros de habitação social. Os dois primeiros contaram com órgãos públicos por seus moradores. Na Fazenda da Juta o assentamento a população ocorreu por meio de disputa e luta com proprietários privados.

¹⁰ A Emurb era subordinada à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab) e encarregava-se da gestão predial e da elaboração do projeto de urbanismo, obras de infraestrutura e fornecimento de equipamentos coletivos. À Cohab, também subordinada à Sehab, cabia a organização da construção das habitações e a atribuição de empréstimos. A presença de três agências com competências vinculantes criou disfunções e a cada parte do projeto viu-se abalada com essa situação, gerando um modo de funcionar intrincado.

providos de uma construção com 25 m² de área útil, composta por apenas um cômodo multiuso mais um sanitário externo, com estrutura calculada para expansão de mais um pavimento e aumento de cômodos. Eram servidas por dois pontos de luz, sem muros e construídas em patamares.¹¹ Para estimular a criação de empregos locais, uma parte da casa (até 20 m²) poderia ser usada para atividades comerciais e de serviços, desde que respeitadas normas de higiene e de proteção ambiental. Para diminuir o preço de venda dos terrenos de uso residencial, os lotes à beira das vias de circulação foram reservados para fins comerciais e industriais.

De acordo com a proposta, os embriões poderiam ser ampliados até o limite de cada terreno. Ao receber as unidades um manual de recomendações era entregue para as famílias, no qual estavam descritos os procedimentos a serem adotados, sempre com autorização e vistoria prévia dos técnicos da prefeitura. Moradora com mais de 30 anos de residência no Conjunto Promorar descreveu a situação do terreno na época:

“O terreno era uma chácara, vizinha de um aterro sanitário, era ao lado da lagoa de estabilização de vazamento de chorume. A implantação dos patamares foi gradual, sendo desocupado lentamente o antigo alojamento provisório que se localizava onde atualmente é o CEU São Rafael. Assim que eram entregues as unidades, a pavimentação vinha em seguida, sendo os moradores obrigados a andar nas ruas ainda de terra, causando grande desconforto em dias de chuva, principalmente para chegar ao ponto de ônibus, cujo mais próximo se localizava na Avenida Sapopemba. No início o acesso à energia elétrica era feito por gerador fornecido durante a obra. A Eletropaulo implantou a rede elétrica ainda na década de 1980. As ocupações irregulares do entorno “puxavam” a energia dos domicílios do Conjunto. Aqui era mato, não tinha essa estrada, a Sapopemba. Era só eucalipto. A única opção para morar era o [Promorar] Sapopemba, que tem lá hoje. E aí, lá para trás, viria o ‘vulcão’ [incinerador projetado para o lixo.]” (Moradora há 33 anos no Promorar Rio Claro Rio Claro).

O aterro entrou em atividade entre os anos de 1979-1980, no km 30 da estrada de Sapopemba, na gestão do Prefeito Reynaldo de Barros. Foi fechado

¹¹ EMURB/COHAB, Localização Áreas Promorar, 1983, documentos indicam que foram construídos 1.299 embriões (unidades habitacionais compostas por um cômodo e um banheiro localizado na parte externa da casa).

em 1986, devido a protestos os vizinhos, que exigiram sua desativação.¹² Outro morador com 33 anos no bairro, descreve como eram as moradias, destacando a homogeneidade e as limitações das construções.

“Aqui era lixão. Lá no fundo, bem antes, tinha uns canos onde saia fogo. Lugar de aterro sempre tem gás no chão. Outros falam que o encanamento da Petroquímica passa aqui, mas não tenho certeza. Era casa popular, através de amigos eu acabei comprando uma casa. Já vinha pronta. Só quatro paredes. O terreno era de 5 por 25 metros e estava construído sobre dez metros quadrados. Era tudo um quadrado. Só um cômodo. Todas iguais. Foi o Mario Covas na época. As ruas eram asfaltadas, só a casa era cimentada. Tinha as luzes, tudo certo. Agora, como 10 metros é 25? Os outros metros eram barro, você tinha que fazer muro. As casas vinham montadas tipo uma caixa de papelão que você monta. Era resistente, de tijolo e placas chapas de cimento-amianto” (Morador há 33 anos no Promorar Rio Claro Rio Claro).

Em 1992, os moradores receberam o Termo de Permissão de Uso emitido pela COHAB-SP, mas ainda aguardam a regularização de seus lotes. De acordo com Levantamento Social e Econômico do ano de 2004, ao receberem as unidades, as famílias tiveram seis alternativas de pagamento do imóvel, de acordo com a renda. Em 2012, os moradores continuavam pagando as prestações. Em 1994, 13 famílias oriundas das redondezas e da Cidade Tiradentes se instalaram na parte lateral do Promorar, na parte do morro que fazia divisa com o antigo aterro sanitário; e, em 2002, outras 40 famílias se instalaram em uma área contínua do aterro, em condições precárias e em moradias improvisadas, sem abastecimento de água e recursos adequados (Habi-SP 2012: 39).

O processo de ocupação e urbanização da região onde está o Promorar Rio Claro esteve ligado à atuação de um “desenvolvedor” imobiliário. Durante a década de 1960, na região Leste desenvolveram-se loteamentos concomitantemente ao desenvolvimento da indústria. Na década de 1990, ocorreu a intervenção estatal “ordenada”, pela implantação de conjuntos habitacionais, concomitantemente à ocorrência de ocupações desordenadas.

¹² Nos anos de 1994-1995, na segunda gestão do Prefeito Paulo Maluf, o aterro passou por um processo de reformulação que requeria a instalação de equipamentos de tratamento dos resíduos: uma usina de compostagem e um incinerador. Isso acabou não ocorrendo, pela pressão exercida pelos moradores próximos à área. Em 2002, houve outro movimento em direção à transformação do espaço em área de lazer e, finalmente, esse objetivo viabilizou-se.

As trajetórias residenciais dos moradores parecem estar relacionadas ao local da oferta da unidade habitacional, no caso dos territórios públicos, diferentemente das ocupações não públicas. Na Zona Leste, parte dos moradores eram recém-chegados à cidade e, portanto, praticamente sem nenhuma inserção. Geralmente aqueles que vieram do movimento de remoção de favelas passaram por diferentes processos antes de acessar as moradias. As respostas mostram que após a consolidação do projeto, os moradores atuais se desdobram em residentes fundadores (aqueles que participaram do processo inicial de ocupação do conjunto habitacional), e aqueles que compraram suas casas posteriormente. Existem ainda, moradores que são inquilinos. Os primeiros moradores tiveram que permanecer por um tempo em alojamentos. Era uma situação transitória e existia solidariedade entre os futuros moradores, mas havia um medo decorrente do despejo, de haver sido tirado de outro lugar, ao mesmo tempo em que os alojados aguardavam os serviços que tinham certeza que chegariam.

Nesta experiência o morador chegava a um terreno onde o poder público “implantava” um grande conjunto de moradias previamente definidas. Chegavam desorganizadas, buscando suprir necessidades individuais, após vivenciarem um processo de remoção compulsória de onde viviam.

A implantação de grandes conjuntos habitacionais nos limites extremos da cidade favoreceu a especulação imobiliária. Esses conjuntos afastaram contingentes de opção de menor renda e as submetem a condições precárias de vida desde a habitação, minúscula em si, até a ausência de efetivas condições dignas de vida, mobilidade e trabalho.

A grande incerteza que permanece ao longo das décadas decorre da atitude do poder público quando não fornece aos moradores a documentação jurídica quanto de sua moradia até mesmo àqueles que mantiveram contrato regular honraram com o pagamento mensal. Não recebem após décadas de vida no local a documentação oficial da moradia.

3 MUTIRÃO MORRO DO INDIO-REGIÃO SUL

As terras onde se situa o Mutirão Morro do Índio passou por processos de divisão de suas terras, isto é, nos anos 1950 dividia-se em sítios e chácaras, que

loteadas deram início a progressiva ocupação da região com o loteamento dessas propriedades. O desenvolvimento imobiliário foi impulsionado pelo crescimento industrial e por outras atividades de serviços aceleraram o processo de ocupação desordenada, expandindo-se loteamentos clandestinos em áreas de preservação ambiental e a presença de movimentos sociais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica.

A década de 1950, período das fortes migrações procedentes das secas do Nordeste, a região periférica no extremo sul de São Paulo vivencia processo de ocupação intenso inicialmente causado pelo desmembramento dos antigos sítios e chácaras em lotes. Mas que a partir do auge do processo industrial ali se instalam diversas vilas, com moradias para os operários que chegavam de vários estados do Brasil e do interior paulista, para trabalhar nas fábricas instaladas em Santo Amaro.

Ao sul de São Paulo estão as represas avizinhas com o ABC e com o polo industrial automobilístico, de cujas fabricas foi forjado o núcleo do movimento sindical da década de 70. A alta valorização das terras de Sto. André, S. Bernardo e S. Caetano causaram o espalhamento de moradias operárias em regiões vizinhas. Assim cresceu por exemplo Diadema uma das cidades de mais alta densidade demográfica no país. Eles foram chegando, de início, lentamente; depois, numa grande explosão, a partir do fim da década de 1960, quando a ocupação se tornou desordenada, inclusive em áreas de preservação ambiental, na região dos mananciais. Com a expansão da indústria na região, a partir de 1980, as pessoas que migravam à procura de trabalho se instalavam “onde dava”, incluindo as áreas de mananciais. Esses espaços, muito desvalorizados em função da restrição da legislação, acabaram sendo ocupados irregularmente pelos chamados “loteamentos clandestinos”, com a instalação de moradias extremamente precárias e sem nenhum tipo de proteção. Em 1975, a Lei de Proteção de Mananciais definiu faixas de ocupação de terrenos e determinou um padrão para construção em cada uma dessas faixas que impediam grandes ocupações.

Durante a década de 1980, sob influência das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) da Igreja Católica, ganharam força nos bairros da periferia de São Paulo as reivindicações concretas por luz, água, creches, serviços sociais e pela legalização de loteamentos clandestinos. Em torno dessas reivindicações

articularam-se movimentos progressivamente reconhecidos como interlocutores do poder público. Os primeiros moradores do Mutirão Morro do Índio, que começaram a chegar ali em 1991, participaram desse processo. A maioria deles provinha de movimentos ligados à luta pela moradia, à Igreja Católica e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A Prefeita Luiza Erundina (1989-1992) iniciou com recursos municipais o reconhecimento da situação de ocupação e a garantia de direito de moradia às famílias. Ele contribuía para a reversão do quadro de degradação ambiental pela urbanização de favelas, e a melhoria da qualidade da água nos mananciais.

Esse programa teve como referência experiência realizada no Uruguai, e já em implantação a época em Vila Nova Cachoeirinha. A partir da organização coletiva dos interessados, o poder público oferta terreno, materiais de construção e assistência jurídica e técnica. À população cabe a mão de obra para a construção das moradias, onde todos trabalham na construção, independente de quem iria habitar a moradia. As famílias cumprem cotas de horas-trabalho definidas coletivamente.

Os participantes do mutirão já tinham acúmulo de prática organizativa, de vida urbana e de ação política. Do ponto de vista dos vínculos, pode-se dizer que no mutirão, baseado em um regime de parceria entre associações e o poder público municipal, estabeleceu-se um esforço de experiência e convivência social que impactou no valor social do espaço geográfico outorgado, em comparação a outras áreas em trânsito para a urbanização. Percebeu-se a existência de uma solidariedade construída anteriormente à condição de viver no alojamento. Cuidava-se coletivamente da segurança e lutava-se coletivamente pelos serviços.

Os mutirões inovaram o modo do poder municipal atender à demanda por moradia. O atendimento das demandas dos movimentos organizados possibilitou ao governo a realização de experiências de cooperativismo, estimulando as associações e ações coletivas entre os moradores. Ao mesmo tempo, o poder público se apropriou de *know how* da população de baixa renda nas atividades de construção, adquirido no trabalho profissional no setor, como pedreiros, carpinteiros, encanadores, etc. ou pela participação em experiências anteriores de autoconstrução.

Segundo o relato dos moradores, até 1989 o terreno onde viria a ser o Mutirão Morro do Índio era um “matão”, no qual havia um lixão, para onde eram destinados descartes de materiais hospitalares. A descrição do presidente da associação em entrevista realizada destaca:

“Aqui começou da seguinte forma, na gestão da Prefeita Luíza Erundina essa área aqui, toda essa área, era desocupada. Era um matagal. Uma parte pública e outra privada. Essa parte privada a prefeitura desapropriou, e na época a sociedade era um tanto mais organizada. Ela [a prefeitura] passou essa área desapropriada para 12 entidades chamadas movimentos de moradia que existiam na região. Então cada movimento e entidades ficaram responsáveis para alugar e para repassar os lotes para 33 famílias devidamente cadastradas, nesses movimentos. Mas como não era uma área abandonada, matagal a prefeitura forneceu alguns materiais de construção, telhas, madeirite, etc. e colocaram 14 famílias para tomarem conta dessa área, enquanto ela fazia serviço de terraplanagem, e assim por diante. E eu sou um desses moradores, que vim morar em alojamento.” (Entrevista com o presidente da Associação de Moradores, 2013).

Sobre a distribuição dos terrenos e o processo de construção, um morador fundador relata:

“A prefeitura fez todo serviço de terraplanagem, infraestrutura. A partir daí, já existiam 33 famílias cadastradas, incluindo essas que já vieram antecipadamente. Foi aí que começou o processo de construção em mutirão. Existiam famílias ligadas a determinados movimentos, que optaram por construir em regime de mutirão: compravam o material e faziam. Outras famílias, ligadas a outras entidades, preferiram construir com recursos próprios: pagar pedreiro, enfim, com a própria família ajudando. Esse foi o processo inicial que começou por volta de 1991. Essa área em que estamos aqui em cima sofreu esse processo de terraplanagem. Tem uma área aqui na nossa esquerda: o Paranapanema. Nesse lugar, uma parte já era povoada, só que era uma área chamada ‘área de risco’. Aí a prefeitura colocou grama e árvores para evitar desabamentos. Mas, com o passar do tempo, dois ou no máximo três anos, veio um processo de invasão dessas áreas. Então famílias de várias partes da cidade, inclusive de Parelheiros, invadiram essa área. Numa outra área em que a prefeitura fez 240 moradias, em prédios de 2 andares. Mas a área considerada área de risco, foi invadida por famílias de várias regiões da cidade. A parte do mutirão ficou mais ou menos organizada, a parte mais baixa foi invadida e a parte de lá, do Paranapanema, que já estava semi-ocupada, sofreu um processo de ocupação mais intenso.” (Entrevista com o presidente da Associação de Moradores, 2013).

“Olha, na época em que viemos para cá, a região chegou a ser considerada a mais violenta do mundo. Eu e várias outras pessoas presenciamos pessoas mortas no bairro, assassinatos. Era extremamente violento. [...]. Nós passamos alojados aproximadamente um ano, um ano e meio. Nos alojamentos, ficávamos um perto do outro, um de frente para o outro, porque era uma área muito violenta. A gente sofria muito com a violência. A pressão não era só de pessoas ligadas ao crime, mas também de pessoas ligadas à questão fundiária e à especulação. Era uma pressão por invasão. Todos os que moraram no alojamento foram assaltados. Hoje temos a Base Comunitária, aqui na frente do Distrito Policial de Capão Redondo. A coisa está melhor.

Entretanto, predomina o individualismo para resolver os problemas.” (Morador fundador, 2013).

“Aqui houve luta pelo esgoto, pela água e pela luz. Tudo isso foi desenvolvido pela Associação. Deu trabalho, foi uma coisa importante. Por exemplo, para conseguir a água, como eu já disse, os moradores furaram o cano da Sabesp e todo o conjunto era abastecido com essa ligação clandestina. Quando fundamos a Associação, fizemos um pacto dos moradores com a Sabesp: na hora em que fosse feita a ligação de água e esgoto com a rede pública, nós iríamos desligar os canos clandestinos. E isso foi feito. Nós conseguimos e hoje todo mundo tem direito. As pessoas pagam água e luz normalmente. Não há tarifa social.” (Entrevista com o presidente da Associação de Moradores, 2013 e 2014).

“Quando cheguei aqui, lá por 2003, não tinha água. Não tinha luz. A gente pegava água de algum ponto e um morador servia para o outro, não tinha relógio medidor. Não tinha Sabesp, não tinha esgoto, os moradores faziam as ligações. Juntavam-se 10 moradores que compravam um cano e jogavam em algum lugar. Mas passavam 15 dias e o cano já estava entupido. Tinha que ter muito braço e muita paciência. Juntavam-se ratos e outros bichos dentro casa. Nós começamos a ir na Sabesp reivindicar água. Eles jogavam a responsabilidade para a prefeitura. Aí começamos a fazer reuniões com o subprefeito. Saía um subprefeito e vinha outro, a gente marcava as reuniões novamente. Eu ia com mais oito mulheres, íamos toda lá.” (Moradora do Jardim Paranapanema, 2013).

A segurança emergiu como preocupação nos depoimentos dos moradores. Números oficiais 2015 colocam o Jardim Ângela (Distrito Policial do Capão Redondo) entre os mais violentos da cidade de São Paulo. Os moradores também se mostram afetados pela insegurança jurídica de seus imóveis. Com isso, até hoje as propriedades não estão legalizadas.

4 FAZENDA DA JUTA

Encravado no extremo leste da Cidade de São Paulo, esse bairro que tem o emblemático nome de Fazenda da Juta se localiza a 25,1 quilômetros da Praça da Sé, o marco zero da cidade. Sua formação popular conta a trajetória de um povoado rural que sob fortes lutas se transformou em assentamento populacional urbano. A juta foi o plantio que caracterizou o local e a força de trabalho que ali se assentou no início do século XX até o final dos anos 30 (1938). A propriedade rural foi ocupada a seguir por migrantes italianos dedicados a lavoura de frutas, migrantes japoneses dedicados ao plantio de verduras e legumes. O arrendamento da terra era usado pelos proprietários e trabalhadores agrícolas como mecanismo de acesso ao solo e plantio para ganhar a

sobrevivência. Mais tarde, após anos 50 migrantes brasileiros, chegados da seca do Nordeste, na condição de força de trabalho miserabilizada que inicia dupla frente de luta, a individual, pelo trabalho e, com sua família e vizinhos, pela urbanização do território ocupado. A travessia entre o mundo rural e o urbano foi construída pela luta e resistência de sujeitos individuais e coletivos

O território em que está localizada a Fazenda da Juta/SP era parte da antiga Fazenda Oratório, cujo nome reportava-se a um pequeno oratório dedicado à Virgem Maria, São Joaquim e Sant'Ana. A fazenda, no tempo do império, em 1850, era de propriedade de João Cardoso Siqueira e Mafalda Franco, sua esposa. Sua extensão territorial ia da Vila Prudente até os municípios de Santo André e Mauá (antigo município de Pilar).

Esse pedaço de terra ocupa 730 mil metros quadrados, onde, de acordo com o Censo 2010, estão assentados 36,2 mil habitantes, em 10.828 domicílios¹³. Divide-se em dois grandes espaços que traduzem a diversidade de momento da luta popular: a Juta Velha e Juta Nova, espaços que revelam um mosaico de diversas modalidades de ocupação do solo urbano. Quem hoje observa o assentamento popular da Fazenda da Juta/SP, não percebe de imediato as mudanças que ali ocorreram ao longo desde a segunda metade do século XX.

Seu nome contrasta com a ocupação atual que nada mais carrega do mundo rural ali vivido. Foi no período de 1960 a 1990, que se concretizou o assentamento da população migrante naquela área de São Paulo. Foi quando deixou de ser espaço de produção para consolidar-se como espaço, precário diga-se logo, de reprodução social de famílias e cidadãos. Esse novo formato de ocupação registra um tempo de luta popular, busca de sobrevivência e de um lugar para assentamento digno de condição humana.

Diversamente dos outros dois bairros aqui apresentados, este contou, desde início, com o assentamento de um grupo religiosos comprometidos com a Teologia da Libertação. Desde 1985, ou há 32 anos, estão presentes na Fazenda da Juta e ali criaram o Instituto Daniel Comboni, que ali desenvolve, até os dias

¹³ Na Fazenda da Juta/SP, em 2008, há o registro da existência de 17 conjuntos habitacionais e 4.706 habitações construídas em várias modalidades pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CHDU). Desse total 2.806 foram construídas em sistema de mutirão e 1.900 por empreiteiras contratadas pelo governo do Estado. (MIAGUSKO, 2008:78).

atuais, diversas atividades socioassistenciais. Trabalham sob o lema: “Salvar a Juta com a Juta”, fortalecendo o protagonismo do povo morador da região.¹⁴

A presença dessa irmandade foi fundamental tanto para afiançar melhores condições de saúde, e de cuidados com as crianças como para a organização popular em luta pelo seu assentamento em terras privadas da periferia paulistana.

Atualmente, a Fazenda da Juta/SP conta com importante comércio local, serviços públicos como escolas de educação infantil, de primeiro e segundo graus, unidades básicas de saúde, centros profissionalizantes como a ETEC-Sapopemba, 3ª Companhia do 38º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana (BPM/M), Fábrica de Cultura, além de serviços conveniados com a rede de entidades sociais que executam ações da proteção básica e especial das políticas municipais de educação e assistência social.

No dia 18 de junho de 2016, passados quase 30 anos de espera pela regularização dos lotes da Fazenda da Juta/SP, autoridades públicas do executivo e do legislativo se fizeram presentes no bairro para oficializar o fim da espera, estavam presentes mais de mil moradores com os olhos e ouvidos ávidos por receber a boa notícia. O presidente da Associação de Moradores da Juta, que falou pelos moradores e um dos padres falou pela Igreja Católica.

Esses 30 anos foram palco de muita luta, a década de 70 que o precedeu foi celeiro de movimentos sociais que forjaram a identidade coletiva em plena vigência do governo militar, quando os latifúndios não cumpriam a função social e serviam a especulação, e urgia que a terra também fosse partilhada face a explosão da presença massiva da força de trabalho em São Paulo. A permanência nas terras da Juta exigia luta de confronto com os representantes dos proprietários.

[...] “às oito horas da manhã, estava todo mundo na Avenida Sapopemba! Conforme combinado, todos os moradores, cada um carregando seu pneu, se dirigiram até a avenida Sapopemba, interromperam o tráfego e

¹⁴ A presença da ordem religiosa italiana de missionárias da Irmandade de São Daniel Comboni, deve-se ao bispo italiano que nasceu em 1831 e morreu em 1881, com apenas 50 anos e dedicou sua vida à missão na África. Trabalhou pela libertação dos negros escravizados e criou Institutos de Educação nos quais os africanos libertos exerciam o seu protagonismo para libertar e educar outros escravos. Seu lema era: “Salvar a África com a África”. Após um golpe de Estado, no ano de 1965, as religiosas Combonianas foram expulsas do Congo, vindo trabalhar em terras brasileiras, primeiramente no Estado do Espírito Santo, depois em Rondônia e, posteriormente, em São Paulo.

colocaram fogo nos pneus. Os helicópteros da polícia e dos jornais foram mobilizados e passaram a sobrevoar a área da manifestação. Aí, chamou a atenção! (Elide Sório, pesquisa de campo, 2014).

Uma parte da terra pertencia ao Estado, (Jutas 5, 6 e 7) poder ocupá-las, foi sempre produto de uma grande luta, “*a primeira, quando teve a ocupação, teve morte*”, a população não tinha dinheiro para construir. Foi entre 1989 a 1992 em que a prefeita Luiza Erundina, forneceu materiais para o mutirão da população e as casas foram sendo erguidas pela força de organização das famílias e moradores. Outra parte dos prédios foi construída pelas empreiteiras, contratadas pela CDHU. As casas construídas eram baixinhas e eram seguidas por prédios construídos em mutirão como os conjuntos Verde Esperança e União da Juta. Ao lado estavam os prédios construídos pela CDHU, que terminaram por ser invadidos.

A pessoa pegava seu pedacinho de terreno para construir o seu barraco. Numa via sacra que ali fizemos, plantamos uma cruz para fazer a comunidade de São Judas Tadeu. O que acontecia? De noite, outros iam lá ocupar, tiravam a cruz, depois não tinha mais terreno para fazer a comunidade (Elide Sório, pesquisa de campo, 2014).

Não, o terreno é meu! Fui eu que ocupei primeiro! Teve briga, mataram o senhor Aluísio, coitado! Seu Aluísio, jovem, jovem, jovem! Quer dizer, tinha uns trinta anos. Tinha a sua família. Mataram! Por causa do terreno que era dele, mas tinha o outro lá ocupando, na briga dos dois saiu tiro. Saiu tiro! (Elide Sório, pesquisa de campo, 2014).

As religiosas estimulavam a população na busca por exemplo de melhorias de atenção à saúde pois o existente era precário, assim orientavam os moradores: “*Vocês vão lá! Se aquilo não tem, vocês reivindicam! Não é que está tudo fácil, não! Pode falar e reivindicar seus direitos, para que o posto de saúde funcione!*” (Elide Sório, pesquisa de campo, 2014).

Todos entrevistados relatam a abordagem das forças criminosas sobre os moradores. Circulavam pela terra homens armados, jagunços que faziam a abordagem das pessoas que consideravam lideranças para a organização popular, quando eram inadimplentes no pagamento das prestações dos

terrenos. Os relatos feitos se assemelham a estratégias de guerrilha, com o povo reagindo às ameaças e à opressão.

As pessoas com algum vínculo em toda essa luta, engajadas em movimentos sociais são sobreviventes que enfrentam cotidianamente o desafio de superar o medo. Constatou-se que essa é realidade extensiva a todos os moradores, porque estiveram frente a frente com todos os perigos que um conflito dessa natureza pode provocar. Indicam em seus depoimentos três grandes apoios à luta:

- a participação das mulheres que, pela sua experiência, eram mais decididas, combativas e mais fiéis do que os homens;
- um advogado competente e de total confiança.
- o apoio de políticos de confiança.

A falta de regularização fundiária é uma das características que sobressai, a inexistência de titulação, denuncia uma terra cativa, de um povo sem liberdade e que sofre com as desigualdades.

Essa experiência coletiva de luta vivida na Fazenda da Juta foi matéria apresentada e discutida durante a Segunda Conferencia Habitat, em Istambul, na Turquia, em 1996, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). As “raízes da Juta” vão se alastrando e ganhando novos territórios. A trajetória dos moradores da Fazenda da Juta é guardiã da memória de lutas e conquistas, que inscreve a cidade de São Paulo como um dos mais importantes baluartes de experiências dos movimentos populares. Tanto pela conquista do direito de permanecer na terra quanto para a construção de moradias, em regime de autoconstrução e também nos mutirões autogeridos, o povo discutiu os projetos, a forma de execução e a gerência dos recursos, bem como o planejamento, a execução e administração de equipamentos comunitários, desde o início do processo de ocupação da terra.

A estratégia específica desenvolvida pelo povo morador da Fazenda da Juta organizado em associações coloca em evidência a ênfase dada à ação coletiva, organização das comunidades, agregando e apoiando os mais diversos segmentos sociais. A experiência vivida pelos moradores projetou a comunidade para desempenhar um papel aglutinador, para além da conquista das moradias propriamente ditas. A data de criação da Associação de Moradores da Fazenda da Juta é, certamente, o principal marco da vitória do seu povo, e foi a mola

propulsora do movimento de resistência. O dia 8 de agosto pode ser considerado o Dia da Memória e da Resistência da Juta. É o marco do nascimento do sujeito coletivo na primeira fase da luta intensa e violenta ali travada.

5 ELEMENTOS PARA BREVE SÍNTESE

Estas três experiências fluem do trabalho incansável de duas pesquisadoras. Profa Dra. Silvina Carro, doutora e Pós-Doutora pela PUCSP-Serviço Social, argentina por naturalidade que adentrou aos territórios do Promorar Rio Claro e Morro do Índio buscando conhecer a formação e as lutas dos dois grupos populacionais que chegaram ao local e se organizaram por processos diversificados. A pesquisadora vivenciou um processo de delicada aproximação que se fez em complementação a pesquisa Protege Vínculos que entrevistou moradores dos dois locais buscando conhecer individualmente os vínculos que possuíam com o local seus moradores, seus vizinhos, parentes e amigos. O estudo dos protagonismos coletivos sucedeu análise dos indivíduos. A segunda pesquisadora Profa. Dra. Deocleciana Ferreira, recém doutora em Serviço Social pela PUCSP, filósofa por formação, é moradora há décadas da Fazenda da Juta. Ela registrou e analisou a memória da luta dos moradores e dos movimentos coletivos ali constituídos, como objeto de sua tese de doutorado. Sua presença não era estranha aos moradores, mas sua análise requereu muito talento para que não misturasse suas impressões pessoais, com o conteúdo dos depoimentos coletados e as emoções compartilhadas.

Na condição de orientadora e coordenadora das duas pesquisas pude vivenciar presencialmente, o exaustivo trabalho realizado e aqui sintetizado no sentido estimular a agregação de estudos similares que permitam espraiar as convergências de diversidades de experiências similares.

É de se destacar a dificuldade dos órgãos públicos em incorporar todo o esforço da própria população que, com poucos recursos e muito sobre trabalho produz habitação e urbanização cuja produção deveria ser da responsabilidade total do Estado. Esse trabalho valoriza a terra e vai construindo novas condições de habitabilidade para um coletivo.

Os três terrenos ocupados mostram que eram locais de descarte de lixo sobretudo da população que não pertencia ao local. Áreas possivelmente

contaminadas a qual a população ocorre, como uma das quase inexistentes alternativas em ter acesso a um pedaço de chão para poder ali construir seu abrigo. Não são mais acolhidos nas áreas ribeirinhas, como na década de 40. Hoje esse é local de avenidas de fundo de vale, de marginais. Só lhes sobram as áreas de descarte de lixo domiciliar, industrial e hospitalar, restos de linhas férreas, galpões industriais abandonados. O que se detectou é que entremeios de pedaços de terras, mesmo que minúsculos, junto a ocupações já aceitas pelas autoridades permanecem sob estratégias disputadas de ocupação pois mantem um grau de segurança de não remoção. Ali com maior tranquilidade podem colocar seu trabalho e recursos para erguer algo para morar. São muitas experiências de solos criados pela urgência em ter um pedaço de terra para repousar os pés e o corpo.

As experiências analisadas mostram que o poder público não está interessado em tranquilizar a população moradora. Ele não entrega a todos a documentação que permitiria afiançar aos moradores a certeza de ter segurança em permanecer no pedaço de chão que em que construíram, traçaram ruas, criaram condições de circulação e acesso, lutaram pela instalação de serviços sociais públicos, transportes públicos. Áreas distantes 20 a 30 km do centro da cidade não contam com linha de Metro. Seus deslocamentos são realizados com grande dispêndio de tempo. Todos fazem menção à presença da violência.

Embora todas as travas não querem sair do local pois ali está sua luta em conseguir identidade social na grande metrópole. Mas se esta memória de lutas lhes constrói dignidade novos moradores e os mais jovens não manifestam o mesmo reconhecimento. O significado de pertencer de manter vínculos não apresenta o mesmo vigor oque acentua o sentimento de desproteção social.

REFERÊNCIAS

CARRO, Silvina; SPOSATI, Aldaiza. **Territórios urbanos e vínculos sociais: Presença no próprio bairro de recursos de proteção e reconhecimento social para fazer frente às incertezas da vida.** Paris-São Paulo. Segunda fase do Projeto Capes/Cofecub n. 753/12. Programa de Cooperação CAPES-COFECUB-2012- 2015.PUCSP/PEGGSSO/NEPSAS, 2016.

FERREIRA, Deocleciana. **FAZENDA DA JUTA/SP: uma trilha entre o rural e o urbano – trajetória de luta e resistencia no assentamento de um povo.** Tese

(Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo**: Lua Nova, 2010.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KOGA, Dirce; SPOSATI, Aldaiza. **Estudo de campo sobre territórios de pesquisa**. Pesquisa Protege Vínculos. PUC/SP-UNICSUL. São Paulo, 2012. [Mimeo]

SACHS, Celine. **São Paulo: políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: Edusp, 1999.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais; PUC/SP, 2007.

SAWAIA, Bader. Família e afetividade: a configuração de umas práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana; VITALE, Maria Amália (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo, IEE/PUC-SP, 2007.

SPOSATI, Aldaiza. **Territórios urbanos e vínculos sociais: Presença no próprio bairro de recursos de proteção e reconhecimento social para fazer frente às incertezas da vida**. Paris- São Paulo. Relatório Científico Final. Programa de Cooperação CAPES-COFECUB -2012-2015. Projeto 753/2012.PUCSP.PEGGSSO/NEPSAS.2016.

SPOSATI, Aldaiza. **Projeto PNUD BRA/04/046**. Relatório Final e Sumário Executivo do Estudo, contendo dados e resultados da pesquisa, além de indicadores e índices para análise da capacidade protetiva das famílias, objeto deste estudo. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), 2011. [Mimeo]

SPOSATI, Aldaiza; PAUGAM, Serge (coord.) **Projeto: Territórios urbanos e vínculos sociais. Presença no próprio bairro de recursos de proteção e reconhecimento social para fazer frente às incertezas da vida**. ACORDO CAPES COFECUB, Edital CAPES/DRI/CGCI, n. 09/2011. [Mimeo].

SPOSATI, Aldaiza. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.